



## MUNICÍPIO DE ALCOUTIM

ATA N.º 9/2015

*Da reunião pública Ordinária da Câmara Municipal de Alcoutim*

*Realizada em 13 de maio de 2015*

----- Aos treze dias do mês de maio de dois mil e quinze, nesta Vila de Alcoutim, Edifício dos Paços do Concelho e Sala de Sessões, reuniram-se, em reunião pública ordinária, os membros da Câmara Municipal, Excelentíssimos Senhores Osvaldo Gonçalves, José Pereira, Paulo Paulino, Dalila Barros e José Galrito, respetivamente Presidente e Vereadores do referido Órgão do Município, cuja ordem de trabalhos fica arquivada em pasta anexa. -----

----- **ABERTURA DA REUNIÃO:** - Verificando-se a presença da totalidade dos membros da Câmara, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião pelas onze horas, tendo a Câmara passado a ocupar-se do seguinte: ---

----- **APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR:** - O Senhor Presidente pôs à discussão a ata n.º 08/2015, da reunião pública ordinária realizada no dia 22 de abril de 2015, cujo texto foi previamente distribuído pelos membros presentes na mesma reunião. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida Ata. -----

R

----- **FINANÇAS MUNICIPAIS:** - Foi presente o resumo diário modelo T-  
dois da Tesouraria (n.º88) respeitante ao dia 12 de maio, que apresentava os  
seguintes resultados: -----

----- Total de Movimentos de Tesouraria - € 1.415.042,50; -----

----- Operações Orçamentais - € 1.089.393,38; -----

----- Operações Não Orçamentais - € 318.236,97 -----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:** O presidente interveio para  
solicitar a inclusão do seguinte ponto “ **PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO  
ENTRE O MUNICÍPIO DE ALCOUTIM E CENTRO DE  
DESENVOLVIMENTO CULTURAL E SOCIAL DE MARTIM LONGO –  
Apoio Infantil**”, na ordem de trabalhos. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por  
unanimidade, incluir o referido ponto, na ordem de trabalhos. -----

Deu ainda conhecimento do despacho de nomeação, em regime de substituição  
do Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, Cultura e Desporto. -----

----- O vereador Paulo Paulino interveio para fazer uma breve retrospectiva  
das iniciativas ocorridas no concelho, nomeadamente 1.º de maio (Giões,  
Bentos e Alcoutim), Romaria da Cruz (Sanlúcar de Gadiana e El Granado), II  
Festival de Caminhadas, bem como sobre os eventos promovidos pelos  
Clubes/Associações, designadamente VIII Prémio de Atletismo, organizado  
pelo Centro de Trabalhadores da Autarquia (10 de maio) e 12 Horas de Futsal  
(09 de maio), pela Associação de Jovens do Nordeste Algarvio/Inter-Vivos.  
Deixou de seguida uma palavra de apreço aos técnicos da Edilidade pelo  
trabalho desenvolvido, disponibilidade e profissionalismo demonstrado em  
todas as iniciativas. -----

----- O presidente usou da palavra para adiantar ainda que ocorreu em  
simultâneo, no dia 09 de maio em Martim Longo uma homenagem aos benjamins  
da Associação Inter-Vivos, dado terem sido Campeões do Algarve, endereçando  
de seguida a todos os jogadores, técnicos e familiares os Parabéns. -----

----- O vereador José Pereira interveio para proferir a declaração intitulada  
Remunerações do Comandante Operacional Municipal de Proteção Civil, e que  
se passa transcrever: “ *Porque existiam dúvidas e a proposta do senhor*

R  
h

*presidente apresentada na reunião de 28 de janeiro relativa à remuneração do novo COM era pouco esclarecedora, solicitamos esclarecimentos. Nos esclarecimentos, o senhor referiu, conforme ata de 28/01/2015, o executivo entendeu ficar pelo índice remuneratório equivalente àquilo que o mesmo auferia como adjunto. Porque o assunto continuou a ser pouco claro e esclarecido, solicitamos em reunião de câmara cópia dos recibos de remuneração do antigo adjunto do presidente, senhor João Carlos Simões e do mesmo enquanto comandante operacional, e constatamos que afinal os esclarecimentos dados pelo senhor presidente não correspondiam à verdade, uma vez que enquanto adjunto o senhor João Carlos Simões auferia a remuneração de 1.856€ e enquanto Comandante Operacional passou a auferir 1.922€. O senhor presidente tenta justificar o injustificável, com data que por lapso foi erradamente referida, quando é deveras importante, é que informou o órgão que a pessoa em causa iria auferir o mesmo valor e tal não acontece. Mais preocupante ainda, é constatar que o COM destituído tinha uma remuneração de 1.750€ e o novo COM tem uma remuneração de 1.922€. Neste sentido e face aos factos, podemos concluir que: o senhor presidente não disse a verdade ao órgão, o senhor presidente fez uma péssima gestão deste processo, o senhor presidente demonstrou que com tal atitude Alcoutim não é para todos”, -----*

*----- O presidente interveio para mencionar que “pensava” que o assunto já se encontrava sanado e que lamenta que o vereador não entenda o significado da palavra equivalente, tendo o vereador José Pereira usado da palavra para lamentar o facto de algumas das afirmações do sr. presidente não constarem em ata, dado que o mesmo “tanto fala em equivalente como em igual”. -----*

*----- A vereadora Dr<sup>a</sup>. Dalila Barros usou da palavra que lamenta que a palavra de apreço/agradecimento endereçada aos técnicos pelo trabalho desenvolvido, nos eventos/iniciativas não tivesse englobado igualmente os assistentes operacionais. Continuou a sua intervenção para citar o seguinte discurso: “ A Lei n.º 24/98, de 26 de maio que aprova o Estatuto do Direito de Oposição, no seu artigo 6.º faz referência ao direito de participação e que cita: Os partidos políticos da oposição tem o direito de se pronunciar e intervir pelos meios constitucionais e legais sobre quaisquer questões de interesse*

*público relevante, bem como o direito de presença e participação em todos os atos e atividades oficiais que, pela sua natureza a justifiquem. Neste contexto e uma vez que não foram cumpridas mais um dos direitos que nos assiste, vimos desta forma necessária e inevitável lamentar que não houvesse qualquer convite para as cerimónias oficiais do 25 de abril, dia que comemora a liberdade e o respeito democrático que neste caso foi ausente em Alcoutim, intitulada Alcoutim para todos”.* -----

----- O presidente usou da palavra para informar que foi usado o protocolo da Edilidade, para endereçar os convites da cerimónia, e que tem a “certeza” que os mesmos foram remetidos, bem como referir que foi feito o convite durante a reunião da Assembleia Municipal, no dia 24 de abril, em que os vereadores opositores se encontravam presentes, porém, irá averiguar a situação. -----

----- O vereador José Pereira interveio para relembrar que a situação já aconteceu em outros eventos, como consta em Ata, e que pelo facto de estarem presentes na reunião da Assembleia Municipal, não inviabilizava o envio do convite, e como tal apresenta o seguinte protesto que se passa a transcrever: “*Cerimónias Comemorativas do 25 de abril e outros eventos. José Carlos da Palma Pereira e Dalila Manuela Costa Barros, vereadores eleitos para a Câmara Municipal de Alcoutim, pelas listas do Partido Social Democrata, vem apresentar protesto junto de V. Ex<sup>a</sup>., pelo não convite para participação nas cerimónias comemorativas do 25 de abril e demais eventos. Considerando que as cerimónias comemorativas do 25 de abril, representam um ato oficial de extrema importância para o município. Considerando que fazemos parte do executivo municipal para o qual fomos eleitos. Considerando que mais uma vez não fomos informados, nem convidados para estarmos presentes no referido ato, tal como tem acontecido noutro tipo de atos, eventos e atividades. Considerando que mais uma vez o senhor presidente da Câmara não faz cumprir o Estatuto do Direito de Oposição aprovado pela Lei n.º 24/98 de 26 de maio, que confere aos titulares do direito de aposição nas autarquias locais: o direito de serem informados regular e diretamente pelos correspondentes órgãos executivos sobre o andamento dos principais assuntos de interesse público relacionados com a sua atividade; o direito de serem ouvidos sobre as*

*propostas dos respetivos orçamentos e planos de atividade; o direito de se pronunciarem e intervirem, pelos meios constitucionais e legais sobre quaisquer questões de interesse público relevante, bem como o direito de presença e participação em todos os atos e atividades oficiais que, pela sua natureza, o justifiquem; Considerando que não foi cumprido o estatuto acima referido e que tal postura demonstra uma falta de atitude democrática e uma falta de consideração e respeito por quem foi eleito, apresentamos o presente protesto". -----*

*----- O vereador Paulo Paulino interveio para mencionar que "quem tratou" dos convites do 25 de abril "foi a equipa que trabalha comigo", tendo os mesmos, sido remetidos para o pessoal que consta em protocolo. -----*

*----- O vereador José Pereira interveio novamente para referir que "é a sua palavra contra a minha", garantindo de seguida que não foi endereçado qualquer convite, no entanto adiantou, que posteriormente a essa data, já recebeu alguns convites referentes a outras iniciativas. -----*

*----- O vereador Paulo Paulino usou da palavra novamente para explicar que "quando me refiro a técnicos" engloba os funcionários da Autarquia (técnicos superiores, assistentes técnicos e operacionais). -----*

*----- A vereadora Dr<sup>a</sup>. Dalila Barros interveio para lamentar o facto de pensarem que os vereadores opositores "estão a mentir", e frisar igualmente que não está aqui para faltar à verdade, "pois se tivesse recebido o convite, qual era o interesse dizer que não tinha recebido". -----*

*----- O presidente interveio que tem conhecimento que o protocolo foi cumprido, e que existe muita coincidência, por não terem recebido os dois vereadores. -----*

*----- A vereadora Dr<sup>a</sup>. Dalila Barros interveio novamente para pronunciar o seguinte discurso, que se passa a transcrever: "Saber a história de um local, significa resgatar e preservar a tradição daqueles que contribuíram para que chegássemos ao ponto em que nos encontramos hoje. O processo histórico não se faz em etapas estaques, não se constrói e desconstrói, a história deve ser valorizada, referenciada, dignificada. Nós próprios somos construídos por ela. É um erro considerarmos a história de um local como um passado que morreu, que já não integra e que deve ser arquivado ou apagado. A história é a mais*

*viva das raízes da nossa existência, é a memória coletiva do que os outros já passados fizeram para nos oferecer. Todos os que representam a história de Alcoutim têm que ter igual dignidade. Desta forma quero aqui repudiar e lamentar que fossem apagadas do site da Câmara as revistas municipais elaboradas pelo anterior executivo". -----*

----- O vereador Paulo Paulino interveio para mencionar que irá a averiguar o assunto, e que na próxima reunião prestará os devidos esclarecimentos. -----

----- O presidente usou da palavra para frisar que é um assunto que desconhecia e, irá desencadear uma averiguação, tentando perceber se existe ou não uma justificação técnica para a anomalia/irregularidade. -----

#### ----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** -----

#### ----- **PLANO DE AÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS**

**(PAPERSU) – Ratificação de Despacho:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal ao abrigo do preceituado no n.º 3 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro deliberar ratificar o despacho de 29 de abril de 2015. -----

----- A vereadora Drª. Dalila Barros interveio para questionar se o prazo definido para apresentação dos planos na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve (CCDR) era o dia 30 de abril, existe algum problema “em estarmos a aprovar o mesmo” no dia 13 de maio, bem como questionar sobre a percentagem de comparticipação da ALGAR e do Município de Alcoutim? -----

----- O presidente interveio para solicitar a intervenção/colaboração do técnico Eng.º Jorge Palma, a fim de prestar esclarecimentos adicionais. -----

----- O Eng.º Jorge Palma usou da palavra para explicar que o prazo definido pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA) para apresentação do plano à CCDR territorialmente competente era o dia 30 de abril, e dado que este apenas ficou concluído no dia 29 de abril, houve necessidade de ser aprovado, por despacho do presidente da Câmara, sendo posteriormente submetido a ratificação da Câmara Municipal. Referiu igualmente que os

valores apresentados no plano são estimados, devendo os mesmos ser aferidos em fase de candidatura ao POSEUR, sendo apenas a parte não financiada suportada pelo Município ou eventualmente pela ALGAR, S.A., que emitiu parecer positivo relativamente ao conteúdo do plano. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- **FISCALIZAÇÃO DA EMPREITADA DE REABILITAÇÃO DA PONTE SOBRE A RIBEIRA DA FOUPANA ENTRE MESTRAS E BARROSO/AJUSTE DIRETO – Ratificação:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar proceder à respetiva ratificação do despacho de abertura do procedimento para a prestação de serviços de Fiscalização da Empreitada de Reabilitação da Ponte sobre a Ribeira da Foupana entre Mestras e Barroso, proferido em 30 de abril de 2015, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- **ALIENAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO/RUA EDUARDA DE FREITAS - ALCOUTIM:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar emitir parecer favorável à pretensão de desafetação da parcela de terreno do domínio público, nos termos do parecer da Divisão de Obras Planeamento e Gestão Urbanística, Equipamento, Ambiente e Serviços Urbanos, bem como remeter a pretensão

para apreciação da Assembleia Municipal, em virtude da competência para a decisão sobre a afetação ou desafetação de bens do domínio público municipal, caber a este órgão, com base na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- O vereador José Pereira interveio para questionar qual a razão do ponto? tendo o vereador Paulo Paulino usado da palavra para explicar que houve a solicitação por parte da requerente, no sentido de saber se existia ou não, interesse por parte do Município, para alienar o terreno, cuja finalidade é a ampliação do espaço existente. Findou referindo que após análise dos técnicos, os mesmos não veem inconveniente na venda. -----

----- O presidente interveio para informar que o assunto tem que ser presente à Assembleia Municipal, para a devida autorização de desafetação, e retomará novamente à Câmara. -----

----- O vereador José Pereira usou da palavra para mencionar que os assuntos/matérias têm que ser esclarecidos desde o início, “apesar do sr. presidente não gostar”, e que em sua opinião devem ser acautelados, primeiramente, os interesses do município e posteriormente os dos particulares, “achando muito estranho que neste processo, chegue uma carta à câmara dirigida ao presidente no dia 07 de maio, acompanhada de um parecer da União de Freguesia do dia 07 de maio e de uma informação técnica do dia 07 de maio, a isso chama-se rapidez, dou-vos os parabéns”. Continuou referindo que o assunto, já tinha “sido falado”, no anterior mandato, e que não corrobora com a venda/alienação de espaços públicos que venham futuramente, condicionar a mobilidade, “e neste caso é o que acontece”, segundo as medidas que constam na informação técnica, limitando a mobilidade do trânsito, junto do estaleiro/armazém da Edilidade, considerando ainda que deve existir um incentivo, por parte da autarquia, à população/municípios para que ocorra a situação inversa, de modo a garantir a segurança da população, em termos de proteção civil e transporte de saúde. -- -----

----- O vereador Paulo Paulino usou da palavra para mencionar que existem muitos exemplos, no anterior executivo, de alienação de património, tendo o vereador José Pereira acrescentado que “não diga aquilo que eu não disse”, pois referi-me apenas à alienação de espaço público, concordando com a venda



da Estalagem. O vereador Paulo Paulino continuou a sua intervenção informando, que em termos de acessibilidades ao estaleiro adjacente ao referido espaço, as mesmas sofrerão uma requalificação paisagística, e que no momento, “encontramo-nos” a preparar o espaço do Hangar, para deslocação do material do estaleiro para o mesmo. Findou mencionando que os técnicos, conforme informação, tiveram o cuidado de garantir a segurança, referente ao “espaço que fica da berma até à estrada”. -----

----- O vereador José Pereira interveio para informar que “no passado”, existia um esboço de projeto de um loteamento, para o referido espaço, dando nota de seguida que apesar do vereador Paulo Paulino afirmar que estão acauteladas as devidas condições em termos de dimensões, considera que não se encontra definido quem vai construir o talude, em caso de desabamento, dando como exemplo a situação que ocorreu no anterior mandato, com a construção de um muro de contenção pelo município, com valores avultados. -

----- O vereador Paulo Paulino interveio para referir que no anterior executivo, alienaram os restantes imóveis, em que não existia a obrigatoriedade de respeitar as devidas dimensões (3 metros), ao invés do que acontece no momento, que essa situação encontra-se salvaguarda, tendo o vereador José Pereira usado da palavra para lembrar que “não deve dizer isso”, porque “foi antes do nosso executivo, que aconteceu a alienação”, referindo novamente as razões da sua discordância. Findou a sua intervenção frisando que devia constar na informação técnica uma ressalva, que em caso de desabamento, o proprietário da construção deverá ser responsabilizado, uma vez que o talude se encontra consolidado. -----

----- A vereadora Dr<sup>a</sup>. Dalila Barros interveio para proferir o seguinte discurso: “ *Uma vez que não estão a ser acautelados os interesses do município; O parecer técnico não refere o acesso ao armazém da Câmara, nomeadamente a possibilidade dos camiões poderem dar a volta ao espaço; Não refere a obrigação ou não de construir um muro de contenção, com mais custos acrescidos para a Câmara, o meu voto é contra*”. -----

----- O presidente usou da palavra para mencionar que a proposta é para a desafetação do domínio público, e que as questões/preocupações apontadas ficam registadas e poderão ser analisadas posteriormente, porém, confia nos

pareceres técnicos emitidos, uma vez que os mesmos se encontram vinculados ao cumprimento das normas de segurança. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, com 2 (dois) votos contra, aprovar a referida proposta. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- **PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO COM A UNIVERSIDADE DO ALGARVE, PARA PARTICIPAÇÃO DE JOVENS NOS CURSOS DE VERÃO:**

Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal, ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro deliberar aprovar o protocolo de cooperação com a Universidade do Algarve, com uma previsão de custos de € 1.875,00 (mil oitocentos e setenta e cinco euros). ----

----- A vereadora Drª. Dalila Barros usou da palavra para mencionar que na opção selecionada pelo município, e que consta na folha da Universidade do Algarve constam duas refeições diárias (almoço e lanche), e nesse sentido questiona se é a Edilidade ou os estudantes que ficam a cargo do jantar? -----

----- O presidente interveio para referir que a Edilidade optou pela existência de equidade de valores e medidas, em ambos protocolos (Universidade do Porto e Algarve), tendo de seguida solicitado a intervenção/colaboração da técnica Drª. Josélia Palma, a fim de prestar esclarecimentos adicionais. -----

----- A Drª. Josélia Palma interveio para informar que o custo por aluno, em ambos protocolos é idêntico, valor esse calculado por estimativa, e que a última refeição (jantar) fica a cargo dos estudantes. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- **ACORDO DE COLABORAÇÃO – UNIVERSIDADE SÉNIOR DE ALCOUTIM:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal, ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro deliberar aprovar o Acordo de Colaboração entre o Município de Alcoutim, Associação Alcance, Agrupamento de Escolas de Alcoutim e ALSUD – Cooperativa de Ensino e Formação Profissional, com uma previsão de € 5.500,00 (cinco mil e quinhentos euros). -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- **ATRIBUIÇÃO DE APOIO ECONÓMICO A FAMÍLIA CARENCIADA/ Proc. 03/2015:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal, ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea v) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, deliberar atribuir uma comparticipação financeira, no montante de € 1.000,00 (mil euros), ao sr. António Manuel Afonso Rita, para fazer face à instalação e restabelecimento de eletricidade na habitação, nos termos do artigo 5.º do capítulo II, do Regulamento para atribuição de apoios económicos a famílias carenciadas, do Município de Alcoutim. -----

----- O vereador José Pereira usou da palavra para mencionar que vota favoravelmente o ponto por corroborar “com este tipo de apoios”, todavia denota preocupação, por quem é que vai pagar a mensalidade da eletricidade, uma vez que o requerente possui poucas condições. -----

----- O presidente interveio para frisar que o corte de luz, no passado deveu-se a um período conturbado do sr. António Rita, porém, o mesmo foi integrado num programa de reintegração, com a duração de 12 meses, pago

pela Edilidade, e hoje encontra-se reabilitado. Ainda deu nota que o mesmo possui alguns rendimentos, e como tal considera exequível o pagamento da mensalidade da eletricidade, tendo a vereadora Dr<sup>a</sup>. Dalila Barros alertado para o facto que na informação técnica, consta que o requerente, não possui qualquer rendimento, “daí a sua preocupação”. -----

----- O presidente continuou a sua intervenção, referindo que existiu um equívoco com o processo seguinte, bem como informar que o sr. António Rita executa alguns “biscates”, na aldeia de Giões. -----

----- O vereador José Pereira interveio novamente para sugerir que o requerente deverá/poderá ser integrado num programa ocupacional (Contrato de Emprego – Inserção (CEI) e/ou Contrato de Emprego de Inserção + (CEI +), na Câmara Municipal, uma vez que era uma forma de possuir rendimentos, para fazer face a algumas despesas que possam ocorrer. -----

----- O presidente interveio para solicitar a intervenção/colaboração da técnica Dr<sup>a</sup>. Josélia Palma, a fim de prestar esclarecimentos adicionais. -----

----- A Dr<sup>a</sup>. Josélia Palma usou da palavra para esclarecer que o requerente já foi encaminhado para a Segurança Social, com a finalidade de beneficiar do Rendimento Social de Inserção, de modo a auxiliar a sua integração social e profissional, bem como informar que apesar de o mesmo se encontrar reabilitado, a gestão do dinheiro será feita por terceiros, nomeadamente o padre da paróquia e Bombeiros Voluntários. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- **ATRIBUIÇÃO DE APOIO ECONÓMICO A FAMÍLIA CARENCIADA/ Proc. 04/2015:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal, ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea v) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, deliberar atribuir uma comparticipação financeira, no

montante de € 900,00 (novecentos euros), ao sr. José Francisco Bárbora, para fazer face à instalação e restabelecimento de eletricidade na habitação, nos termos do artigo 5.º do capítulo II, do Regulamento para atribuição de apoios económicos a famílias carenciadas, do Município de Alcoutim. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

#### ----- **DISPOSITIVO ESPECIAL DE COMBATE A INCÊNDIOS**

**FLORESTAIS 2015:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara, ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 33 da Lei 75/2013, de 12 de setembro, deliberar aprovar o protocolo de colaboração a celebrar entre os Municípios do Algarve, a Federação de Bombeiros do Algarve e a Autoridade Nacional de Proteção Civil para manter na região do Algarve o DECIF transversal a todo o distrito com elevado grau de segurança e eficácia, com uma comparticipação financeira no montante de € 19.920,00 (dezanove mil novecentos e vinte euros), para fazer face com os encargos com o DECIF. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

#### ----- **PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO COM O GRUPO**

**DESPORTIVO DE ALCOUTIM:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 33 da Lei 75/2013, de 12 de setembro, deliberar aprovar o Protocolo de Colaboração com uma comparticipação financeira no montante de € 8.512,00 (oito mil

quinhentos e doze euros), ao Grupo Desportivo de Alcoutim, para segurança e vigilância da Praia Fluvial. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- **CONTRATO PROGRAMA COM GRUPO DESPORTIVO DE ALCOUTIM:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 33 da Lei 75/2013, de 12 de setembro, deliberar aprovar o Contrato Programa com uma comparticipação financeira no montante de € 14.500,00 (catorze mil e quinhentos euros), ao Grupo Desportivo de Alcoutim, para fazer face às despesas com a modalidade de canoagem. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- **CONCURSO PÚBLICO PARA CESSÃO DE EXPLORAÇÃO DO QUIOSQUE EM LARANJEIRAS - Adjudicação:** Foi presente o processo referente ao concurso em epígrafe, conforme deliberação tomada pela Câmara Municipal, em reunião de 22 de abril de 2015. -----

----- Após apreciação das propostas apresentadas e a verificação de que as mesmas se encontram conforme o respetivo processo de concurso, nos termos da ata apresentada pelo Júri, a Câmara validou a supracitada ata e deliberou, por unanimidade, adjudicar a exploração do Quiosque em Laranjeiras a Isabel Maria Gonçalves Ribeiros, pelo valor mensal de € 100,00 (cem euros), durante o período de 4 anos. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e

para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- **ACORDO QUADRO PARA O ESTABELECIMENTO DE UMA UNIDADE DE GESTÃO DOS SERVIÇOS PARTILHADOS NO BAIXO GUADIANA:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar, apreciar e aprovar a minuta do Acordo acima referido. -----

----- O presidente usou da palavra para explicar que o assunto em discussão prende-se com a criação de uma unidade de gestão de serviços partilhados do Baixo Guadiana, onde a Associação Odiana se propõe ser “hospedeira” da unidade, tendo como objetivo primordial a gestão de setores/áreas em comum/partilhados pelos três municípios (Alcoutim, Castro Marim e VRSA), nomeadamente canil, gatil, SIG, gestão das zonas ribeirinhas, etc., de modo a “ganhar eficiência” na gestão das atividades desenvolvidas. --

----- O vereador José Pereira interveio para frisar que o assunto em questão “foi aflorado”, na reunião da Assembleia Geral da Odiana, e que apesar de concordar como o mesmo, por “criar mais eficiência e redução de custos”, gostaria que o sr. presidente fosse mais específico, na área dos serviços de canil/gatil, nomeadamente quanto ao seu funcionamento. -----

----- O presidente interveio para esclarecer que o documento inicial sofreu várias alterações, e “hoje o que está presente” é a criação de uma plataforma de instalação de eventuais contratos, de acordo com a delegação de competências, e que têm que ser presentes à Assembleia Municipal, dando nota ainda que os mesmos dependem da negociação dos três municípios, e como tal “eu só negoceio o que for mais vantajoso para o meu município”. Finalizou referindo que a gestão partilhada, nessa área (canil/gatil), “acaba por resolver o problema que nós temos, que é de não possuímos canil”. -----

----- A vereadora Dr<sup>a</sup>. Dalila Barros usou da palavra para frisar que a lei prevê a existência de canis intermunicipais, de modo que os municípios desfrutem da mesma infraestrutura/instalação, no entanto, há anos atrás os três municípios (Alcoutim, Castro Marim e VRSA) juntaram-se para que o canil de

Castro Marim fosse intermunicipal, porém, o mesmo não se adaptava à legislação em vigor, dado que necessitava de várias obras, e como tal considera que seria mais viável a construção de uma nova infraestrutura, caso haja a concordância ou não do executivo, relembrando de seguida que existe na Autarquia de Alcoutim um projeto de canil, aprovado pela Direção Geral de Veterinária, em que apenas falta a verba para construir. Findou dando nota que o Canil de Castro Marim encontra-se a ser explorado por uma Associação particular, e que as Câmaras de VRSA e Castro Marim apenas contribuem na alimentação dos animais. -----

----- O presidente interveio para agradecer a informação prestada, e mencionar que “o que levou a propor” a questão do canil/gatil foi o facto de “possuirmos” terreno para construção dessa infraestrutura/equipamento, que de alguma forma valorizava a criação de postos de trabalhos, com uma divisão de custos pelos três municípios. -----

----- A vereadora Dr<sup>a</sup>. Dalila Barros usou da palavra para alertar que o canil intermunicipal é uma infraestrutura que alberga os animais dos três municípios, e que por lei o animal é abatido, ao final de oito dias, “não sendo hotel para cães”, ao invés da situação que ocorre, no momento, no Canil de Castro Marim. Continuou referindo que a construção desse equipamento gerava postos de trabalho e que parte dessa infraestrutura poderia ser usada, quer houvesse necessidade/concordância, para hotel (férias), no entanto, o canil não “pode ser usado para hotel de cães”. Alertou de seguida para o ponto 2 alínea b) da cláusula segunda, nomeadamente nos serviços de medicina veterinária à comunidade, uma vez que não vê onde poderá existir a partilha desses serviços, nos três municípios. -----

----- O presidente interveio para mencionar que o que está plasmado no documento poderá sofrer alterações futuras, mediante as possibilidades estudadas e negociadas entre os três municípios, dando de seguida o exemplo da medida referente à recolha de resíduos sólidos urbanos, uma vez que não vê onde o concelho de Alcoutim “possa ganhar eficiência nessa área”, e como tal só “negociará o que possa ser benéfico, para o concelho”. -----

----- O vereador José Pereira usou da palavra para referir que existem empresas municipais criadas, na área das águas e resíduos sólidos, a nível



nacional e/ou regional que “são casos de sucesso”, e como tal “vê com bons olhos” que futuramente esses serviços fossem abertos igualmente a essa matéria, dado que é uma vantagem em termos de candidaturas para obras e na manutenção da rede. -----

----- A vereadora Dr<sup>a</sup>. Dalila Barros interveio para questionar se o conteúdo do documento “é estático”, ou poderá ocorrer a inclusão de outros assuntos/serviços, ao qual o presidente esclareceu que não, mediante a leitura do ponto quatro. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- **ASSOCIAÇÃO SOCIOCULTURAL E DE DESENVOLVIMENTO DE TACÕES – Comparticipação Financeira:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 33 da Lei 75/2013, de 12 de setembro, deliberar aprovar a atribuição de comparticipação financeira no montante de € 1.000,00 (mil euros), à Associação Sociocultural e de Desenvolvimento de Tacões, para fazer face a despesas com a Festa Convívio de 2015. -----

----- O vereador José Pereira interveio para questionar quais os critérios/regras usados na atribuição dos subsídios, tendo o vereador Paulo Paulino esclarecido que os critérios são idênticos para todos Clubes/Associações, e são atribuídos em função dos Planos de Atividades entregues. -----

----- A vereadora Dr<sup>a</sup>. Dalila Barros usou da palavra para alertar para a falta de assinatura, nos Planos de Atividades. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de

setembro. -----

----- **ASSOCIAÇÃO CULTURAL SOCIAL E RECREATIVA ESTRELA PEREIRENSE – Comparticipação Financeira:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 33 da Lei 75/2013, de 12 de setembro, deliberar aprovar a atribuição de comparticipação financeira no montante de € 1.000,00 (mil euros), à Associação Cultural Social e Recreativa Estrela Pereirense, para fazer face a despesas com o Plano de Atividades de 2015. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- **ASSOCIAÇÃO AMIGOS DOS FARELOS E CLARINES – Comparticipação Financeira:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 33 da Lei 75/2013, de 12 de setembro, deliberar aprovar a atribuição de comparticipação financeira no montante de € 550,00 (quinhentos e cinquenta euros), à Associação amigos dos Farelos e Clarines, para fazer face a despesas com o Plano de Atividades de 2015. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- **CLUBE DESPORTIVO DE VAQUEIROS – Comparticipação Financeira:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, ao abrigo da LCPA e conjugado

com o disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 33 da Lei 75/2013, de 12 de setembro, deliberar aprovar a atribuição de comparticipação financeira no montante de € 2.000,00 (dois mil euros), ao Clube Desportivo de Vaqueiros, para fazer face a despesas com o Plano de Atividades de 2015. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- **DECADALEGRE - ASSOCIAÇÃO - Comparticipação**

**Financeira:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 33 da Lei 75/2013, de 12 de setembro, deliberar aprovar a atribuição de comparticipação financeira no montante de € 2.500,00 (dois mil e quinhentos euros), à DECADELEGRE - Associação, para fazer face a despesas com o Plano de Atividades de 2015. --

----- Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- **GRITO D'ALEGRIA - ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA DOS AMIGOS DE GIÕES - Comparticipação Financeira:**

Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 33 da Lei 75/2013, de 12 de setembro, deliberar aprovar a atribuição de comparticipação financeira no montante de € 4.000,00 (quatro mil euros), ao Grito d'Alegria - Associação cultural e Recreativa dos Amigos de Giões, para fazer face a despesas com o Plano de Atividades de 2015. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por

unanimidade, aprovar a referida proposta. -----  
----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e  
para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de  
setembro. -----

----- **ISENÇÃO DE TAXAS DE RUÍDO – Associação Decadalegre:** O  
presidente interveio para informar que o ponto seria retirado, tendo o vereador  
José Galrito usado da palavra para mencionar que houve contacto com a  
responsável da referida Associação, no sentido de serem os próprios a efetuar  
o pagamento da taxa, devido ter existido uma comparticipação por parte da  
Edilidade, no âmbito do evento/iniciativa. -----

----- **PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO COM CENTRO DE  
DESENVOLVIMENTO CULTURAL E SOCIAL DE MARTIM LONGO –  
Apoio Infantil:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a  
qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, ao abrigo da LCPA e  
conjugado com o disposto na alínea o) e alínea u) do n.º 1 do artigo 33 da Lei  
75/2013, de 12 de setembro, deliberar aprovar o Protocolo em epígrafe, com o  
encargo financeira, no montante de € 10.000,00 (dez mil euros), ao Centro de  
Desenvolvimento Cultural e Social de Martim Longo, para fazer face com  
despesas na área social e de infância. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por  
unanimidade dos presentes, aprovar a referida proposta. -----

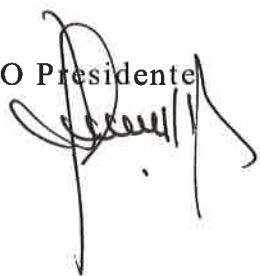
----- O presidente Osvaldo Gonçalves não participou na discussão e  
votação deste ponto, por se considerar impedido nos termos do n.º 6 do artigo  
55.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e artigos 44.º, 45.º e 46.º do Código  
de Procedimento Administrativo. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e  
para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de  
setembro. -----

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:** Não se realizaram intervenções. -----

----- **ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:** - E nada mais havendo a tratar, pelo Excelentíssimo Senhor Presidente foi encerrada a reunião, pelas doze horas e trinta e cinco minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelo senhor presidente e por mim, João Miguel Vitorino Dias, Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, Cultura e Desporto, da Câmara Municipal de Alcoutim, que a redigi, e mandei lavrar. -----

O Presidente



O Secretário

